

CENÁRIO POLÍTICO E CARICATURAS DE OPOSIÇÃO EM BELÉM DO PARÁ – 1920-1927.

Raimundo Nonato de CASTRO¹

Resumo

O Estado do Pará viveu uma grave crise econômica, após o apogeu da economia da borracha. E, os anos 20 do século passado mostrava que havia uma intensificação da mesma. Por isso, havia uma fragilização das relações entre os cidadãos e o Estado. Os sucessivos governadores republicanos, atribuíam a seus antecessores a culpa pela situação econômica desfavorável. O governador Dionysio Bentes, por exemplo, identificou um segundo o problema, que segundo sua análise estava relacionado a falta de pessoas para habitar as regiões distante do território paraense. Portanto, a crise econômica seria combatida, e o principal intuito era o de desenvolver o Estado, no entanto, pela falta de gente no território tão extenso, dificultava a colonização, não à toa que boa parte da região era, por isso, despovoada e desconhecida se comparada as zonas preferidas. O que acontecia com Belém, para onde havia uma constante fugas de migrantes de diversas regiões do país e da própria região, neste caso era considerada de acesso fácil, como a capital, as margens dos rios navegáveis e da Estrada de Ferro de Bragança. Justamente neste cenário, a figura do politiquero ganhou destaque, contudo, os caricaturistas aproveitaram a situação para mostrar as suas representações pelos lápis endiabrados.

Palavras-chave: Política; Belém; Caricaturas.

Abstract

The state of Pará experienced a serious economic crisis, after the heyday of the rubber economy. And, the twenties of the last century showed that there was an intensification of it. Therefore, there was a weakening of relations between the citizens and the State. Successive Republican governors blamed their predecessors for the unfavorable economic situation. Governor Dionysio Bentes, for example, identified a second problem, which according to his analysis was related to the lack of people to inhabit the regions far from the territory of Pará. Therefore, the economic crisis would be fought, and the main intention was to develop the State, however, because of the lack of people in the territory so extensive, it made colonization difficult, not surprisingly that much of the region was therefore depopulated and the preferred zones. What happened to Belém, where there were constant leaks of migrants from various regions of the country and the region itself, in this case was considered easy access, as the capital, the banks of navigable rivers and the Bragança Railway. Precisely in this scenario, the figure of the politiquer came to prominence, however, the caricatures took advantage of the situation to show their representations by the pencils devils.

Keywords: Politics; Belém; Caricatures.

Resumén

El estado de Pará experimentó una grave crisis económica, después del auge de la economía del caucho. Y, los años veinte del siglo pasado mostraron que hubo una intensificación de esto. Por lo tanto, hubo un debilitamiento de las relaciones entre los ciudadanos y el Estado. Los sucesivos gobernadores republicanos culparon a sus predecesores de la desfavorable situación económica. El gobernador Dionysio Bentes, por ejemplo, identificó un segundo problema, que de acuerdo con su análisis se relacionó con la falta de personas para habitar las regiones alejadas del territorio de Pará. Por lo tanto, se libraría la crisis económica, y la intención principal era desarrollar el Estado, sin embargo, debido a la falta de gente en el territorio tan extenso, dificultó la colonización, no es de extrañar que gran parte de la región quedara despoblada y las zonas preferidas. Lo que sucedió con Belém, donde hubo constantes filtraciones de migrantes de diversas regiones del país y de la propia región, en este caso se consideró de fácil acceso, como la capital, las riberas de los ríos navegables y el Ferrocarril de Bragança. Precisamente en este escenario, la figura del político cobró protagonismo, sin embargo, las caricaturas aprovecharon la situación para mostrar sus representaciones por los lápices diablos.

Palabras clave: Política; Belém; Caricaturas.

¹ Mestre em História social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: raimundo.castro@ifpa.edu.br

A sensação do moderno experimentada por Belém, há algumas gerações, impunha-se ainda presentemente, na intersubjetividade da cidade. Em certos setores sociais, notadamente mais bem situados economicamente e culturalmente – ou seja, a campos da sociedade que conservavam a memória de uma experiência de modernidade mais ativa do ciclo do látex, essa memória era mais visível. (Fábio Castro).

1. INTRODUÇÃO

Partindo da ideia observada no excerto acima, vislumbra-se uma cidade que nos anos de 1920, no Pará, convivia com ideias e políticos que há tempos reforçavam um imaginário capaz de estabelecer o domínio político por determinados grupos que se revezavam no poder. Entre os nomes tradicionais estavam Lauro Sodré² (1858-1944) e Souza Castro³ (1847-1929). Aquele foi o primeiro governador eleito do Pará, após o processo de implantação da República no Brasil, este apresentou-se como substituto de Sodré na década de 1920.

O cenário político local favoreceu o processo de transição, e Sousa Castro assumiu o cargo em fevereiro de 1921. Ficou no cargo até ser substituído por Dionysio Bentes (1881-1949). Sodré, um velho político continuou na vida pública na condição de senador. Eleito para o senado, já que “não tendo competidor, foi sem delongas reconhecido e empossado, podendo assim continuar a prestar os serviços que o Pará tem direito de exigir de seus filhos” (PARÁ, 1925, p. 6). O contexto político favoreceu a manutenção das velhas estruturas. Os paraenses viviam uma atmosfera diferente do período conhecido como *Belle Époque*, diversos problemas assolavam a vida dos moradores das cidades do Pará, principalmente de Belém.

O Pará vivenciava uma séria crise econômica. O período marcava-se pela fragilização das relações entre os cidadãos. Contudo, para Dionysio Bentes⁴ o problema estava relacionado a falta de pessoas para habitar as regiões distante do território paraense. Ao assumir o governo destacou a situação econômica do estado. Para este governador havia um intuito formal de desenvolver o estado, no entanto, “o primeiro entrave, que se nos oferece, é a falta de gente”, pois a extensão territorial, dificultada a colonização, tanto que boa parte da região era despovoada e “até

² Lauro Nina Sodré e Silva foi o primeiro governador do Pará eleito pelo Congresso Constituinte do Pará. Foi eleito quatro vezes senador, três pelo Pará e um pelo Distrito Federal. Considerado um Republicano histórico, pois participou ativamente do processo de implantação da República.

³ Antonio Emiliano de Sousa Castro foi deputado estadual, federal, governador e senador pelo estado do Pará.

⁴ Dionísio Ausier Bentes governou o Pará entre 1925 e 1929. Durante a sua administração encaminhou a Assembleia Legislativa, um projeto de lei que foi aprovado e que concedeu uma grande área às margens do Rio Tapajós para Companhia Ford Industrial do Brasil desenvolver a sua plantação de seringueiras. Os termos da concessão isentavam a companhia quanto ao pagamento de quaisquer tributos quanto a exportação dos produtos extraídos na região.

desconhecida” se compara as zonas preferidas, que neste caso era considerado de acesso fácil, como a capital (Belém), as margens dos rios navegáveis e da Estrada de Ferro de Bragança.

Porém, Bentes enfatizava que mesmo nessas áreas ressentiam-se da ausência de habitantes para a grande superfície a cobrir. Ainda, para o governador uma das causas do “nosso tardo desenvolvimento econômico”, provinha dos interesses das pessoas que habitavam os lugares mais povoados, e que não se prendiam à terra, pelo estímulo das árvores que plantaram, mas ao desejo de “fazerem fortuna fácil”, pois rapidamente desertavam “os seus pousos provisórios”, em busca de outros mais convidativos, devido em parte as condições de “aspereza do clima, porque tinham vindo de mais amenos, como do sul do país ou da Europa” (PARA, 1925, p. 9). Portanto, para o governador essas eram as razões que conduziam o estado ao atraso, bem como as crises pelas quais vinha passando nos últimos anos, em especial, com o enfraquecimento da economia da borracha. Porém, é interessante perceber que havia todo um sistema de produção, que embora, considerado irrisório demonstrava que outros produtos estavam ou eram produzidos nas terras paraenses. Enfatize-se que o governo local lançava uma crítica ao governo federal que buscava uma valorização do café em detrimento das demais atividades praticadas no Brasil.

2.OS POLITIQUEIROS: OS REPUBLICANOS NO PARÁ DOS ANOS 20

Vale lembrar que mesmo diante de um quadro de ocupação territorial considerado baixo, havia movimentação de pessoas para o interior do estado à procura das “indústrias extrativistas”, principalmente quando atingiam preços altos, “trate-se de borracha, castanha, madeiras ou sementes oleaginosas”, moviam-se pela ambição do lucro imediato, constituindo-se em “massas nômades, que penetram sertões a dentro” (PARÁ, 1925, p. 9). Em sua fala dirigida a Assembleia Legislativa do Pará, Bentes destacava ainda que “o necessário, o imprescindível era que o homem se localizasse, tanto na pequena como na grande propriedade, fazendo a criação e lavoura”, e mais industrializando os produtos daí derivados, o que aliás, encontraria tudo à feição, para tanto as estradas deveriam estar preparadas e os rios navegáveis.

O combustível seria a lenha. Sintetizando o governador concluía focalizando que a borracha havia sido o fato de progresso e de regresso das terras do Estado, isso porque até 1877 o Pará vivia exclusivamente de uma lavoura precária, que pelos preços baixos “apenas servia aos seus habitantes e a deixar modestas sobras para a exportação” (PARÁ, 1925, p. 10). Mas como

os tempos eram outros se fazia necessário construir novos meios de produção assegurando o beneficiamento dos produtos extraídos da natureza, em fábricas que deveriam ser instaladas na região.

O mercado internacional demonstrava uma necessidade pela borracha, como essencial no processo industrial, no entanto com a produção inglesa, sendo executada na Ásia, a decadência do produto na Amazônia havia levado a uma crise econômica. Contudo, no imaginário local havia a ideia de que a valorização do produto ocorreria a qualquer momento, por isso, o governador destacava:

Em relação à borracha, não há dúvida que podemos suprir, com as seringueiras da Amazônia, as necessidades industriais do mundo. Mas esbarramos, imediatamente, com dois elementos, que, reunidos, tem obrigado esta região a fornecer minguado contingente de produtos – no máximo 40.000 toneladas e, no mínimo, 20.000 -: a falta de gente e dificuldade de transportes (PARÁ, 1925, p. 11).

Portanto, para Dionysio Bentes o problema residia em dois elementos-chaves “falta de gente e dificuldade de transportes”. No entanto, um aspecto importante neste cenário de crise, deveria estar vinculado às administrações passadas. Pois uma imagem negativa do governo não seria coerente com o momento político, para Bentes a crise vivida na Amazônia, dos anos 20 do século XX, era resultante das administrações de seus antecessores, e dos empréstimos feitos nos primeiros anos do século XX. Tanto é que para o governador, em 1910, a praça do Pará assistiu ao espetáculo doloroso das falências, tendo de prejuízo, num ano só, “mais de cem mil contos de réis em diferença de preço da borracha, que, bruscamente, cairá de 18\$000 a 5\$000 e 3\$000, e isso sem compradores”, e as razões que levaram a esse quadro desesperador, devia-se “à inteligente combinação de banqueiros e corretores das bolsas de Londres, Liverpool e New York”. Desse momento em diante os preços chegaram a cifras irrisórias, não dando para pagar sequer o custo da produção, “razão porque ainda o ano passado o produto baixou para 4.013 tons, em relação à nossa do Pará, sendo cotada a 2\$800, por quilograma” (PARÁ, 1925, p. 12).

A saída para a crise residia no incentivo e/ou atração de novos investidores para a região. E o governo assegurava todas as facilidades. Desta forma, “o sr. Henry Ford tem no Pará todas as facilidades para a aplicação e desenvolvimento de seu capital”, portanto, encontraria nessas terras “todas as garantias” pois estaria numa “terra policiada, com governo certo e justiça organizada e respeitada” (PARÁ, 1925, p. 29). O governador afirmava dessa forma, porque o Brasil havia vivido uma situação preocupante com o denominado movimento tenentista, que se originou, no caso do Rio de Janeiro, com o levante do forte de Copacabana, e que havia

assustado os diversos investidores e governos dos estados da federação, o que ocasionou a saída de grupos de investidores do Brasil.

Este fato ocasionou um enfraquecimento da arrecadação o que repercutiu sobre o funcionalismo público que “não pode receber com a necessária pontualidade sequer os parcos vencimentos atribuídos como remuneração de seu trabalho”. A situação era desesperadora e produziu sensível abalo na fraca organização política existente. Por exemplo, em relação a instrução pública ocorreu uma precariedade do serviço, pois se “inicia com a falta de assiduidade do professor e toma maior vulto com a ausência consequente do aluno às aulas”.

Este fato ocorreu segundo Luiz Cordeiro “em ordem progressiva, da capital para o interior”, o ensino público perdeu o prestígio que tinha “quando seus servidores viviam em dia nos recebimentos e sobre eles o governo podia exercer a devida fiscalização inspecionando todo o complexo de atividade que se exercita na Instrução”. Portanto, o reflexo da crise a qual o estado viveu foi considerada “violenta”, já que “a desorganização não atingiu a extremos e o ensino, sofrendo embora duras vicissitudes, não se dissolveu” e continuou sob o abnegado trabalho “dos dignos membros do magistério” a impedir que no exame de futuras gerações a lembrança da “defecção econômica do Pará assinalasse também essa mais grave e duradoura do analfabetismo, da ignorância” (CORDEIRO, 1920, p. 57).

A partir dessa observação, sobre a crise vivida no Pará, a figura do politiquês ganha espaço. No entanto, Luiz Cordeiro (p. 129) enfatiza que esta era “uma espécie de micróbio nas sociedades contemporâneas; não há finanças que lhes possam resistir”. Para o autor, essa espécie de político ganhou espaço na República, pois cresceu a sua presença assustadoramente dia a dia, e “o que é pior é a forma parasitaria que a caracteriza, absorvendo a fibra vital dos que produzem alguma coisa”. Portanto, o destaque desse novo elemento, residia numa busca constante pelas finanças públicas. Neste sentido, Cordeiro criticava a omissão dos governantes paraenses em solucionar as crises vivida neste contexto, na medida em que com a proclamação da república e o “prurido de grandes melhoramentos constituiu aspirações do governo central”.

Neste momento, o governo federal havia concedido favores especiais e largamente distribuídos aos agricultores do sul do país, porém, no caso da região norte, pediu-se “que fossem eles também extensivos à indústria extrativa e apesar ‘das promessas’, até hoje aqui não chegaram” (CORDEIRO, 1920, p. 135). Em outras palavras a vida se tornava ainda mais precária no Pará, seja pelo encarecimento dos principais gêneros de consumo, ou mesmo pela ausência de investimentos nos setores produtivos. A exemplo, a escassez das carnes verdes para o

abastecimento da capital e as mercadorias se elevavam de preço à proporção que o câmbio baixava. Para o comércio que “tanto florescia”, já eram os sinais de nova crise. Mas, “tudo ocorria normalmente, ou aparentemente normal”, pois que, o governo “pagava regularmente, tinha suas contas em dia, e as obras públicas em atividade”, o que dava a impressão de vida ao comércio interno, fornecendo-lhe o “sérum” que corria em suas veias, “a fazer de sangue”(CORDEIRO, 1920, p. 145).

No entanto, os politiquinhos mostravam-se presentes, especialmente, nos períodos de sucessões dos respectivos governos. O jornal *O Paiz*, em edição, de 05 de janeiro de 1920, página 3, chamava atenção para as eleições que mal terminavam nos Estados, destacando “mesmo quando ainda faltam prazos consideráveis para a terminação do mandato dos atuais presidentes”, iniciava-se uma corrida em busca de garantir o apoio e a eleição dos possíveis candidatos. Atitude considerada negativa, pois era capaz de envolver um “lamentável desvio das boas doutrinas do regime e constitui uma causa de perturbação na vida dos Estados”, os quais seriam sacrificados pelas ambições da politicagem.

O grande problema, na opinião do *O Paiz*, residia no fato de os governos temporários, que formavam o traço característico das instituições republicanas, ficariam reduzido a uma situação de “crônica desorganização política e administrativa”, pois as crises poderiam se ampliar abrangendo quase todo o período governamental do sucessor. Além do efeito perturbador, exercido pelo choque das ambições pessoais e pelo atrito dos grupos partidários, a propósito da escolha dos candidatos, há outro aspecto do caso, que concorre para reforçar as razões da condenação dessas prematuras agitações.

A escolha de uma candidatura e, sobretudo, a um cargo executivo era considerado como uma questão de oportunidade. Portanto, tornava-se indispensável perceber que entre a personalidade do candidato e as circunstâncias do momento político e dos problemas administrativos especiais da ocasião, existissem uma certa relação, que tornava a sua escolha preferível. Um político, cujo nome seria naturalmente indicado para determinado cargo eletivo, poderia, em certas condições “torna-se o pior dos candidatos”.

O comércio realizado no estado do Pará importava quase tudo, comprava-se e vendia-se tudo, e a borracha era o responsável pelo pagamento “a preços que ninguém reparava” (CORDEIRO, 1920, p. 145). Neste sentido, entre 1879 a 1883, a população paraense quase dobrou, o que, longe de garantir um futuro melhor, agravava a situação pela carestia da vida e absoluta falta de produção de outra atividade que não seja borracha, “tal qual como se fazia nas

antigas explorações de ouro no Brasil e na Califórnia”, populações que se estabeleceram em casas provisórias e tudo quanto compravam e faziam tinha caráter provisório “para amanhã abandonarem sem grande prejuízo, o que também cria as crises como as de 1900”, chamadas as “grandes crises”, que duraram até que novos imprevistos “venham com novos capitais suprir o que se perdeu muita vez por sua totalidade” (CORDEIRO, 1920, p. 148).

Embora a crise fosse elementar, o que se procurava passar pelas autoridades, tanto em jornais quanto em revistas é que havia uma prosperidade e essa riqueza representava o “o resultado da prática exata e fidelíssima dos princípios republicanos e federativos”, em virtude dos quais podia qualquer membro da União expandir as suas energias, abrindo os horizontes “as atividades outrora sopitados, criando abundantes fontes de riqueza”, o que poderia levar ao desenvolvimento do ensino, ampliando a esfera pública, desenvolvendo as indústrias “sob as suas múltiplas formas, melhorando a situação da agricultura”, fundando grandes fábricas, alargando e vitalizando fartamente o comércio interno e externo, com a abertura de recentes vias de comércio” (CORDEIRO, 1920, p. 150).

Maria Tereza Chaves de Mello (2009, p. 29) destaca que o termo república foi utilizado neste cenário como uma marca: “o sinal do futuro”, na medida em que estava atrelado a ideia de evolução ou até mesmo como revolução. Neste sentido o papel desempenhado pela propaganda republicana “foi a de estabelecer uma sinonímia fechada entre os termos república e democracia”. No entanto, a república convivía, no caso do Pará, com um clima de insegurança proporcionado pelas crises e sem recurso, realmente que pudesse assegurar o desenvolvimento do estado.

Os governadores e interventores procuraram, por meio dos seus capangas organizados, e sob “as ordens da demagogia, espancavam todas as pessoas que lhes caíam no desagrado”, a situação era tão imoral que se fazia “convites pela imprensa governista, em letras de tipos grossos para reunião desses indivíduos em tal e tal lugar para ataque que aí se convencionaria e estava premeditado para o dia seguinte...”. Para Cordeiro o quadro político desse período foi tão nefasto para o estado do Pará “que até hoje perduram os seus efeitos no espírito público, não permitindo que o crédito de vez se restabelecesse” (CORDEIRO, 1920, p. 178-179).

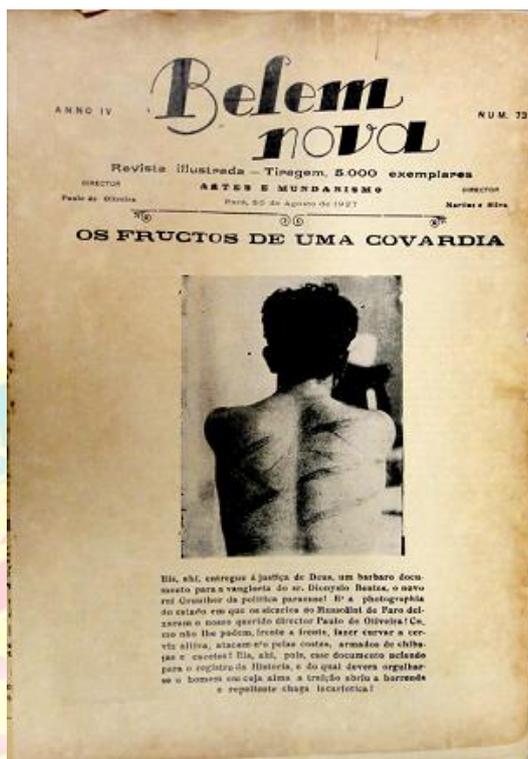


Figura. 1. Os frutos de uma covardia. *Belém Nova*. Belém, 30 de agosto de 1927. N. 73.

A capa da revista *Belém Nova*, de 30 de agosto de 1927, apresenta um cenário alarmante para os opositores do governo de Dionysio Bentes. O Intendente municipal não aceitava críticas ao seu governo e, quando as revistas e jornais locais fizeram oposição, o governo radicalizou. Nesta fotografia, o diretor da revista mostrou a agressão sofrida, no dia 16 de agosto de 1927, sendo, numa emboscada chicoteado. Neste sentido ficou evidente a reação do governo a qualquer tentativa de oposicionista. Com o título de “Os frutos de uma covardia”, o editorial da revista *Belém Nova*, de 04 de agosto de 1927, enfatizou a forma autoritária pela qual a administração municipal era controlada e, como a justiça foi considerada omissa em relação ao atentado, o texto era enfático,

Eis, ai, entregue à justiça de Deus, um bárbaro documento para a vangloria do sr. Dionysio Bentes, o novo rei Grunther da política paraense! É a fotografia do estado em que os sicários do Mussolini de Faro deixaram o nosso querido diretor Paulo de Oliveira! Como não lhe podem, frente a frente, fazer curvar a cerviz altiva, atacam-no pelas costas, armados de chibatadas e cacetes! Eis, ai, pois, esse documento nefando para o registro da História, e do qual deverá orgulhar-se o homem em cuja alma a traição abriu a horrenda e repelente chaga iscaríótica!

Chama atenção aos trechos marcantes neste texto, a começar pela relação entre o político paraense e o ditador italiano Mussolini, no qual os editores tinham certeza de que a fotografia tornar-se-ia um documento para a História, que nesse caso foi escrita com o H maiúsculo,

destacando o fato histórico em andamento. Outro aspecto relevante, ficou por conta da relação entre o político e a expressão iscariótica, numa alusão a traição que Jesus Cristo sofreu por um dos seus apóstolos. Neste caso a revista lembrou a sua atuação, mesmo que de forma indireta, junto ao governo de Bentes. Porém, como houve uma mudança nos rumos da política paraense, os principais alvos do governo municipal foram os periódicos *Folha do Norte* e *O Estado do Pará*, além do magazine *Belém Nova*. Ressalte-se que quando essa revista surgiu, estava no poder o governador Souza Castro, que, em 1925, havia apoiado a candidatura de Dionysio Bentes. A relação entre o governo e a revista era amigável, pois, inclusive houve apoio explícito ao governante, com mensagens positivas e defesa do mesmo nas páginas deste magazine.

MOURA JUNIOR (2011) destaca que a maioria das charges feitas para a revista *Belém Nova* foram executadas por Andreilino Cotta, atuante caricaturista, que apresentava os políticos em momentos positivos, ou então lançando fortes críticas aos governantes. Neste caso, o apoio ao governo de Souza Castro pode ser observado na imagem abaixo, na qual a “ilustração nos apresenta duas pessoas, uma que se esconde com máscaras e outra que representa a imprensa, ao fundo, atirando pedras no governador, que é defendido pela senhora que representa a opinião pública” (2011, p. 139-140). Embora a situação construída seja, capaz de mostrar a defesa feita pela revista, é evidente que Cotta carrega nos traços, pois possibilita compreender que a imprensa e o homem mascarado, atacam um governo defendido por uma opinião pública que se apresenta velha e frágil, em contrapartida o governador está conservado e não se assusta com as pedras arremessadas sobre a sua figura.

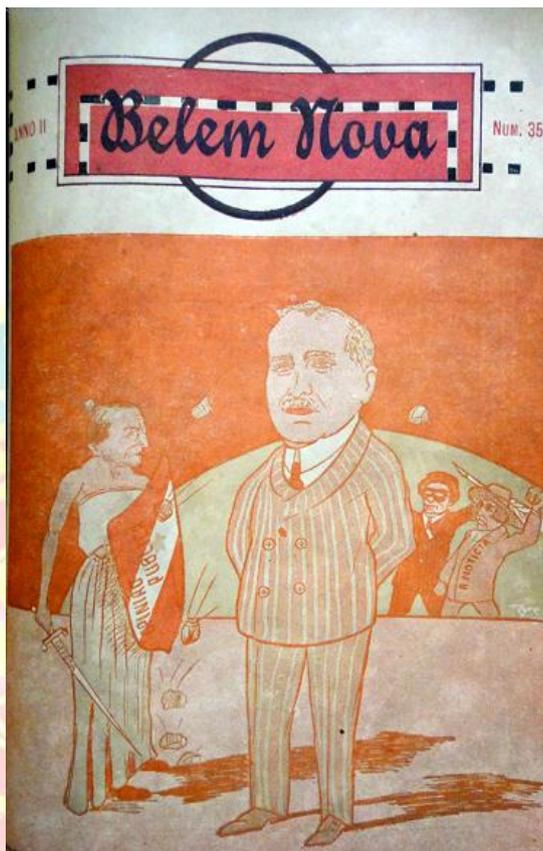


Figura. 2. Capa da Revista *Belém Nova*. Belém, 09 de maio de 1925. N. 35.

O governo de Sousa Castro destacava-se como aquele que buscava assegurar três pontos-chaves, o primeiro garantir as divisas do trabalho, justiça e honestidade. O segundo a criação de um banco especializado no crédito agrícola, visto como uma saída para as questões relacionadas a crise econômica vivida no Pará, e a ampliação da navegação fluvial ao lado da construção de estradas que atendessem aos anseios do povo do interior do estado. No entanto, poucos avanços ocorreram nestes setores, Figueiredo (2001, p. 273) destaca ainda que:

Propunha sanear as debilitadas finanças do Estado, evitando empréstimos e promovendo a arrecadação de rendas, ao mesmo tempo em que pretendia rever a legislação fiscal, reconhecida como ineficiente e antiquada... exercer máxima vigilância a respeito dos problemas municipais, saneamento urbano, e dos incentivos à produção agropecuária e seu escoamento...baratear o acesso ao judiciário... amparar os funcionários públicos, com um plano de cargos e salários...uma nova política econômica de beneficiamento das matérias-primas do Pará... o novo governo mostrava-se favorável à imigração japonesa e à continuidade da vinda de nordestinos para a região.

Neste caminho, a *Belém Nova* também publicou imagens do administrador municipal em vários momentos constrangedores, portanto, enquanto as relações políticas entre o governo e a revista ocorriam de maneira amistosa, a revista mantinha-se quieta, diante de todas as acusações

e ao quadro político. Porém quando ocorreu o rompimento dessas relações o magazine colocou-se na condição de órgão opositor ao governo. Neste sentido, no terceiro ano do governo de Bentes, a violência policial, as inúmeras tentativas de censura da imprensa local, “na dura perseguição aos jornalistas opositores”, fizeram com que a *Belém Nova* se posicionasse contrário ao governo. Em 1928, o governo municipal ordenou a destruição das estruturas físicas do jornal *O Estado do Pará* e o cerco à *Folha do Norte*, essa ação representou o auge do conflito. Não à toa que imprensa local tornou-se mais atuante em oposição ao governo, tanto com a publicação de charges e fotografias contrárias ao governo, como a produção de textos, pelos intelectuais opositores.

No dia 15 de setembro de 1927, a *Belém Nova* publicou uma charge alusiva ao jornalista Santana Marques, este era redator do jornal *O Estado do Pará*. Na imagem fica evidente dois elementos centrais. O primeiro relacionado aos abusos cometidos pelo poder político representado por Bentes e o relacionado a forma como o “confrade” deveria andar pelas ruas da cidade de Belém. Ou seja, está envolto numa espécie de tanque, cercado por armas, claro que isso não seria suficiente, pois carrega uma espécie de espingarda, ou outro objeto do gênero. É bom, destacar que esse tipo de charge, embora representativa da situação política vivida neste contexto, não era assinada, numa atitude de se manter no anonimato seu autor, o que de certo modo impediria a reação do grupo questionado contra o caricaturista. O momento político, portanto, marcou um cenário de intensa perseguição, não é toa que a imprensa oposicionista, em muitos momentos, reagiu da maneira que lhe era possível. Isto é, representando os políticos e sua atuação na administração pública.

Themístocles Santana Marques jornalista e diretor do jornal *O Estado do Pará*, com essa representação estava preparado para enfrentar qualquer tentativa de impedir o livre exercício da imprensa. Somente armado poderia proteger-se das intromissões do governo municipal, o “Mussolini de Faro”, que não aceitava críticas ao seu governo. No entanto, mesmo diante de um conjunto de medidas que pudesse garantir a segurança dos intelectuais opositores, já que em muitos momentos ocorreram atentados contra os jornalistas paraenses.



Figura. 3. Medidas de emergência. *Belém Nova*. Belém, 15 de setembro de 1927. N. 74.

A edição da revista de N. 74 foi enfática ao criticar o governo municipal. Atacou de todos os lados. Com as imagens e representações, carregando nos traços, abordou-se, portanto, temas considerados sensíveis para a administração pública local. Ocorre que os textos que compunha a edição, criticavam, não apenas o autoritarismo, mas também os abusos em relação ao serviço público com a prática do “pistolão”, que neste caso seria o de utilizar-se da influência política, tanto é que com o título de “Um aviso”, nas páginas do magazine ficou evidente o trato da administração com os cidadãos que buscavam empregos nas repartições públicas do município, o aviso “interessante afixado profusamente, em cartazes impressos”, pelos departamentos da Intendência Municipal de Belém, destacava nesta repartição, “*nem nos demais departamentos municipais, não existem vagas a preencher, sendo inúteis os pedidos de empregos que tomam o tempo útil consagrado ao serviço público*”, na medida em quem “*nem nos departamentos municipais não existem vagas a preencher!*”⁵

Por sinal o ato de pedir empregos atrasaria os demais funcionários públicos, pois lhes tiravam o tempo útil consagrado ao serviço público. Portanto, não seria permitido o ingresso do cidadão na repartição, já que o aviso estampado nas entradas dos prédios impediria a ação de

⁵ O texto que compõe a edição de nº 74, em especial nesta, apresenta trechos grifados, “os grifos são nossos”, numa clara tentativa de reforçar os elementos chaves da escrita textual. Um aviso. *Belém Nova*. Belém, 04 de agosto de 1927. N. 73.

possíveis interessados em novos empregos. Por outro lado, essa atitude de leitura seria o justificável, se a maioria da população soubesse ler. Tanto que, neste texto, o autor critica o excesso de burocracia e o exercício do trabalho nas repartições sendo feito por pessoas despreparadas, pois “Vai sem comentários gramaticais, afim de que o leitor possa fazer juízo espontâneo a respeito da parvoíce vernacular”. Aqui a crítica a burocracia ganha destaque, já que se “fosse distribuída criteriosamente pelos administradores”, estes enviariam “as mediocridades para o cabo da foice da Limpeza Pública” o que levaria ao aproveitamento para o funcionalismo público cidadãos intelectivamente compatíveis com o cargo para que fossem nomeados”, portanto “não teríamos o pesaroso ensejo de registrar casos de ignorância crassa, como o que, ora, registamos à guisa de estímulo para a profilaxia e estudo da língua portuguesa entre nós”.

O critério de escolha dos funcionários, portanto, residia na ideia do pistolão, e garantia a poucos o emprego público. Por conseguinte, os intelectuais ficavam a margem “sem recursos, debatendo-se contra as vicissitudes e quase na miséria”, por que uma das principais promessas da República havia sido a alfabetização, considerada pelos editores como “mera utopia”. Segundo o mesmo texto “parece que, cada vez mais, analfabetos ficamos neste regime de burocracia”, já que tudo quanto diz respeito a intelectualidade é oprimido. A título de exemplo destacava:

Para um cidadão se qualificar eleitor – não compra papel não paga selos, não paga reconhecimento de firma, enfim, tudo lhe é gratuito. Ainda, não raro, ganha alguma coisa como *ajuda de custa*, para as eleições.

Agora, para um jovem estudante frequentar um estabelecimento de ensino – compra papel selado, paga selos federais e estaduais, paga matrícula, paga tabelião, paga inscrição a exame, enfim, tudo é pago. E ainda tem de comprar gorro, fardamenta e perneiras para comparecer as aulas.

É que a mediocridade tem medo da vitória do talento.

Claro que os governantes diante dessas afirmações não aceitariam passivamente terem seus nomes colocados de forma negativa no mercado editorial paraense. Por esta razão buscaram combater a circulação, seja das ideias, seja dos seus editores. Mas nem por isso os editores se calaram diante das atrocidades cometidas pelos governantes. Com isso as críticas ganharam uma dimensão maior, na medida em que o sistema republicano passou a ser visto como corrupto, algo que ia do processo eleitoral, chegando no cotidiano do governante, seja ele municipal estadual ou nacional.

Por isso, a situação política vivida no Pará chamava atenção não apenas a nível local, mas também da imprensa nacional, tanto que na edição de *O Malho*, de 05 de março de 1927, havia uma série de críticas destinadas, em especial ao governador do Pará Dionísio Bentes. A coluna intitulada “O Desagravo da Justiça” conceituava Bentes como um verdadeiro politiqueiro. E a

maneira como o Estado do Pará estava sendo governado o havia posto na “mais deplorável situação de penúria”, o mais grave ficava por conta da afirmação: “É possível dizer que essa infeliz unidade da Federação nunca teve governos”. Pois nos tempos áureos da borracha, os homens que estavam à frente da sua administração, nada mais fizeram que taxar quanto possível esse produto, elevando o seu custo, graças ao peso dos impostos, “a preços proibitivos”. Queriam, os políticos, dinheiro, para se “locupletarem e locupletarem parentes e aderentes”, os quais viviam na Europa, aqui, “alhures, a tripa fora, à custa dos cofres estaduais”.

Segundo a crítica, “na sua desídia, nem ao menos, cuidaram, entretanto, de defender o produto que tornava possíveis essas nababescas dilapidações”. E quando, enfim, veio a derrocada econômica da Amazônia, graças à concorrência das plantações de borracha do Oriente era de esperar que essa “amarga lição calasse no espírito dos homens, aos quais os paraenses confiavam e confiam a direção dos destinos do seu infeliz Estado”. Esse engano por parte da população em relação aos políticos fez com que os governos do Pará, embora com menos recursos, continuaram a ser o “que sempre tinham sido, o que parece que irremediavelmente continuarão a ser!...”.

Não haviamuito, chegavam notícias da “inditosa unidade do extremo norte, a escandalosa justiça de desembargadores seus, à mingua de recursos, porque o governo lhes não pagava os seus vencimentos, viam-se forçados a recorrer a caridade pública pelas ruas” e como era natural, a informação foi logo e urgentemente desmentida. Contudo, para o autor “como reza a sabedoria popular, através de um rifão – não há fumaça sem fogo”. Essa observação se deu a chegada de novas notícias, só que “ainda mais escandalosas – si é possível! – acerca das relações do Governo Paraense”, com os membros do poder judiciário estadual. Desta vez, porém, elas se revestiam de cunho oficial, e somente poderiam ser desmentidas mediante um inquérito, no qual o governo federal deveria tomar parte, “pois se trata de um telegrama endereçado por um juiz de direito ao Sr. Presidente da República”, solicitando “às necessárias providencias” afim de que lhe seja possível exercer os deveres “sagrados do seu cargo sem coação do governo paraense, e da politicagem de campanário por ele apaniguada e prestigiada”.

Neste telegrama, o Dr. Mariano Antunes, juiz de direito de Maracanã, e ex-chefe de polícia do Estado no princípio do atual governo (cargo que diz ter voluntariamente abandonado) queixava-se ao mais alto magistrado da Nação de estar impossibilitado de “repartir convenientemente a Justiça na sua comarca”, porque disso o impede a politicagem local, a que o governador do Estado controlava com mão forte. Citando fatos e testemunhas, o Dr. Mariano

Antunes dava como informantes da sua idoneidade o senador Lauro Sodré, e o senador Souza Castro, “parente e amigo do atual governador do Pará que é o sr. Dionísio Bentes”.

De sorte que esse despacho, se tornava, assim, um dos libelos mais graves de que há notícia na história republicana do Brasil. Os fatos alegados pelo juiz de direito de Maracanã, salvo no caso de se “tratar de um paranoico”, devem ser verdadeiros, “posto que S.S. joga com o seu cargo e com a reputação do seu critério, trazendo-os ao conhecimento do Sr. Presidente da República”.

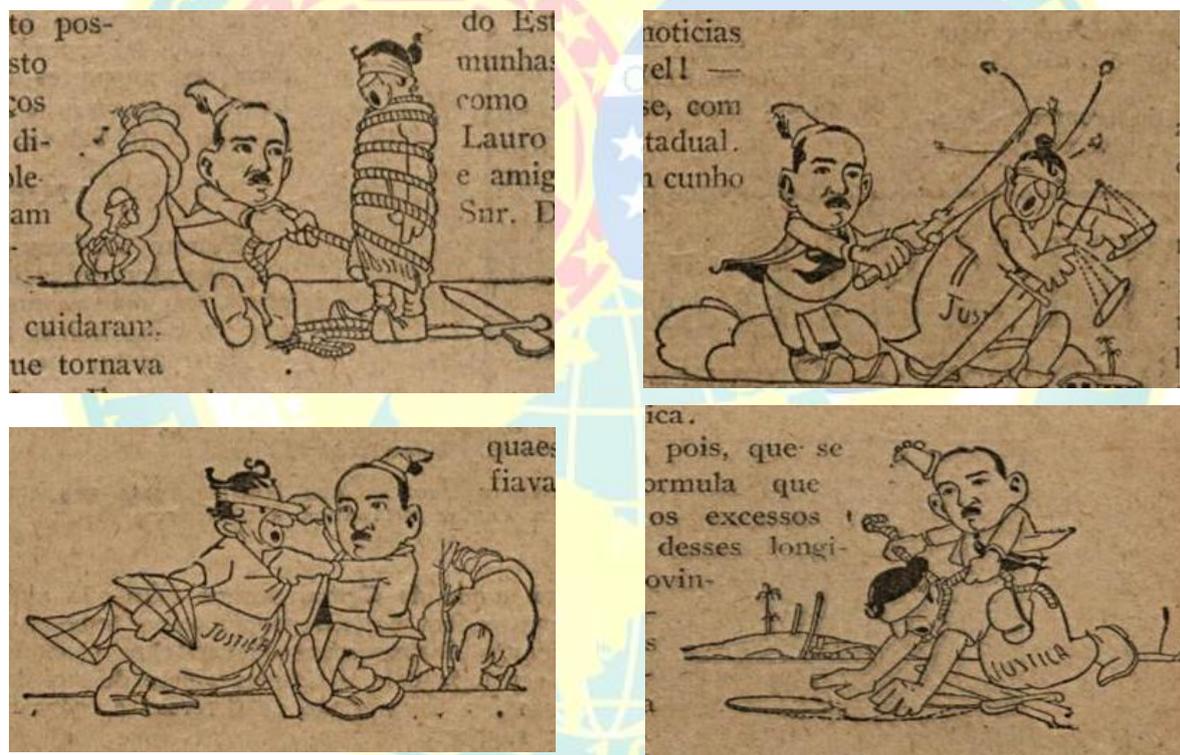


Figura. 4. O desagravo da justiça. *O Malho*, Rio de Janeiro, 05 de março de 1927. P 43. Ano XXVI, número. 1277

As agressões praticadas pelo governador do Pará contra a Justiça, manifestava-se além do texto nestas caricaturas publicadas, em *O Malho*, nas quais a justiça está sendo violentada ou mesmo impedida de agir de modo independente. Sendo por isso obrigada a seguir os preceitos estabelecidos por Dionysio Bentes, que não deixa a justiça sozinha, impedindo que ela consiga agir por conta própria, e atendendo aos mandos e desmandos do governo estadual. Isso consolidava a ideia de que a politicagem agia de modo absoluto no cenário político paraense, mas era preciso combater essa forma de atuação do governo, buscando o respeito aos princípios da separação dos poderes.

Nas quatro representações é possível perceber que a venda que cobre os olhos da justiça é retirada pelo governador, de modo a obriga-la a seguir os valores estipulados pelo representante do poder executivo estadual. E quando tenta caminhar sozinha é bruscamente impedida, pois é amarrada, sob o olhar do povo que nada pode fazer, já que não se sabe exatamente o que levou a este conflito. Nos dois outros momentos, é possível ainda perceber a rudez com que a justiça é tratada, sendo violentada e tendo que carregar o chefe político nas costas.

Partindo desse pressuposto, em relação a politicagem praticada no estado do Pará, seria, portanto, “necessário, pois, que se encontre uma fórmula” que permitisse coibir os excessos e os desgovernos desses “longínquos régulos provincianos, que se julgando acobertados pela distância”, ferindo assim a própria estrutura da democracia nacional no que ela teria de mais respeitável e de mais nobre – “a divisão da justiça”. Neste caso, ao passar pela Câmara, e em seguida pelo Senado Federal, “onde guardou o lugar quente para o seu parente Souza Castro” Dionysio Bentes, era considerado “uma figura apagada, que parecia inofensiva”.

No entanto, issoo credenciava para que cometesse os seus desmandos, bem como não permitia servir os interesses dos seus politikeiros e da sua politicagem, em detrimento dos mais sagrados direitos do povo do seu Estado. Por essa situação, seria imprescindível que,

se apure a veracidade da gravíssima denúncia do juiz de direito de Maracanã. E no caso, si é que se não quer tornar um reo confesso, é o próprio Sr. Dionysio Bentes quem deve promover uma comissão de rigoroso inquérito solicitando para presidi-la um arbitro do Governo Federal. Tenha o governador do Pará a hombridade de pedi-lo, é bem provável que o Sr. Washington Luís não lh'o negue. Mas é de duvidar que o Sr. Bentes o peça.... (O MALHO, 1927, p. 43)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais revistas de circulação local buscaram assegurar, após o rompimento com o governo estadual e municipal, um espaço de oposição que a cada momento manifestava sua opinião contrária aos descaminhos praticados pelo governo republicano local. No cenário político dos anos 20 do século XX, as artes desempenharam um papel essencial em relação ao quadro político dominante, em primeiro lugar porque houve uma ampliação do número de sujeitos que passaram a se dedicar as atividades artísticas e, em segundo lugar porque ocorreu um incremento por parte do governo com a criação de concursos de belas artes. No entanto, considero que as artes são capazes de refletir o modo de vida pelo qual a população belenense

viveu, seja com os aspectos que consideravam a cidade moderna, seja pelos sujeitos que estavam no poder.

Partindo destes aspectos, Eagleton(2005) considera que através das artes é possível perceber o modo como determinada sociedade vivia, ou melhor podem medir o comportamento social de uma época. Pois são capazes de incorporar e também de avaliar, portanto, “unem o real e o desejável à maneira de uma política radical” (2005, 37). A cidade de Belém do Pará não estava isolada do cenário nacional, havia forte influência dos principais centros econômicos e políticos do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

As informações que circulavam apresentavam elementos capazes de aproximá-las, seja pelos produtos da economia agrária local, que ganhavam destaque no comércio nacional e internacional, seja pelos representantes políticos que se faziam presentes na capital do país. Porém, considerando essas condições as culturas devem, de acordo com Eagleton (2005, 39) incluir praticas tais como “a criação de crianças, educação, assistência social, comunicação e apoio mútuo”, caso isso não ocorresse essas instituições seriam incapazes de se reproduzir. O que de certo modo corrobora com o cenário político local, na medida em que, no caso específico da comunicação ocorreu, em muitos casos a deturpação das mesmas, mostrando em alguns casos os interesses dos grupos dominantes, ou então o papel considerado radical da oposição. Em todo o caso, o cenário político ganhava espaço cada vez maior nas páginas das revistas e periódicos locais. Vale ressaltar que, no caso dos jornais, foram em muitos casos criados pelos próprios partidos políticos e cuja principal intenção residia na manifestação clara do seu projeto de governo e defesa dos seus valores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Um aviso. *Belém Nova*. Belém, 04 de agosto de 1927. N. 73.

Capa da Revista *Belém Nova*. Belém, 09 de maio de 1925. N. 35.

Medidas de emergência. *Belém Nova*. Belém, 15 de setembro de 1927. N. 74.

O desagravo da justiça. *O Malho*, Rio de Janeiro, 05 de março de 1927. P 43. Ano XXVI, número. 1277.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2004.

CORDEIRO, Luiz. *O Estado do Pará seu comércio e industrias de 1719 a 1920*. Belém: Tavares Cardoso & Cia. 1920.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

FIGUEREDO, Aldrin. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908 – 1929*. Tese de doutorado. Unicamp, 2001.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 12ª Legislatura a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*. Revista do Departamento de história da UFF. v. 13, pp 25-41, 2009. P. 29. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf. Acesso em 09/08/2014.

MOURA JUNIOR, Gidalti Oliveira. *A capa do século XX: Um estudo sobre a estética e a linguagem visual da revista Belém Nova*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Programa de Pós-graduação em Artes, 2011.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Belém: Cejup, 1996.

